V ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA
COMUNICAÇÃO, HISTÓRIA E CIDADANIA: 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
Recife · Pernambuco · 2018

Estratégias Discursivas do Jornalismo de *O Dia* sobre o Processo de Redemocratização do Brasil em 1983[1]

Márcia Gabriele Araújo De Sousa [2]
Nilsângela Cardoso Lima[3]
Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

Resumo

O presente trabalho investiga as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *O Dia* para dar visibilidade ao processo de redemocratização do Brasil que culminou no movimento pelas *Diretas Já* (1983-1985). *Diretas Já* foi um dos movimentos de maiores expressões populares da década de 1980, porém, não teve o resultado esperado em virtude da rejeição da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que trazia a proposta das eleições diretas no país. Assim, com base na teoria do jornalismo e na análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2007), analisam-se a cobertura jornalística dos protestos pelas Diretas Já e o posicionamento da empresa frente aos acontecimentos políticos e sociais de 1983.
Palavras-chave: *Jornalismo; Estratégia discursiva; Política; Diretas Já; Teresina*

O estudo da história da imprensa tem mostrado a submissão das redações jornalísticas em relação ao poder político, por este financiar as empresas de comunicação. O que põe em risco a imparcialidade na produção jornalística, que é um dos critérios esperado pelo público leitor.

O autor Nelson Werneck Sodré (1983) acredita que as mudanças sociais e governamentais e o avanço do sistema capitalista não foram capazes de romper com a relação de dependência da imprensa com o poder político. No entanto, é importante compreender até que ponto os posicionamentos e os discursos divulgados nos jornais impressos registraram aos seus leitores os movimentos civis, como por exemplo, as Diretas Já (1983-1984), que reivindicavam contra o governo e que, de certa forma, contribuíram para a abertura política do país.

As Diretas Já, um dos movimentos de maiores expressões populares da década de 1980, não teve o resultado esperado, pelo fato da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que trazia a proposta das eleições diretas no país, ter sido rejeitada. Somente em janeiro de

[1] Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.
[2] Estudante de pós-graduação. Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí. marciageller@yahoo.com.br.
[3] Orientadora do trabalho. Professora da Universidade Federal do Piauí, Doutora em Ciências da Comunicação, Brasil, nilcardoso@gmail.com.

1985, Tancredo Neves e José Sarney tornaram-se presidente e vice-presidente civil, respectivamente, por meio de eleições indiretas, no entanto, eleitos por um processo de votação no Colégio Eleitoral.

Apesar do processo de redemocratização do Brasil ter sido lento, o fim do Regime Militar tem como data registrada historicamente março de 1985. Esse período pode ser considerado confuso pelos profissionais de jornalismo por estes não saberem ao certo o que poderia estar por trás desse desdobramento político e o que comprometeria as práticas jornalísticas.

As práticas jornalísticas compreendidas no período das Diretas Já, sob a ótica dos jornais impressos facilita a (re) construção deste momento histórico a sociedade, diante do processo de redemocratização do país. O que possibilita o resgate de informações e dados que podem preencher lacunas ou reafirmar estudos na história, não só em Teresina, da década de 1980, mas também ao país.

Assim, com base na teoria do jornalismo e na análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2007), analisam-se a cobertura jornalística de *O Dia* sobre os protestos pelas "Diretas Já" e o posicionamento da empresa frente aos acontecimentos políticos e sociais de 1982. A escolha do jornal impresso *O Dia* como veículo base desta investigação é por conta da riqueza de informações e do acesso deste material nos dias atuais, já que a maioria das edições está disponível para pesquisas no Arquivo Público do Piauí e no arquivo da empresa. Além disso, sabe-se que este jornal e este tema ainda são poucos explorados pelos estudos acadêmicos, com isso, possibilitará novas discussões a respeito: do relacionamento entre empresas de comunicação e o governo, das práticas jornalísticas, da ética profissional, da forma de produzir notícias e das limitações que encontraram nas redações das empresas de comunicação, tendo em vista, o papel do jornalista como construtor da história.

2. Estratégias discursivas do jornalismo de *O Dia* sobre o processo de redemocratização do Brasil em 1982

As práticas jornalísticas ao longo do processo de redemocratização do país, com destaque ao movimento das *Diretas Já*, ainda despertam curiosidade de pesquisadores e de jornalistas por buscarem refletir sobre o que era permitido produzir e o que era proibido, diante de um governo que buscava na censura um instrumento de coibir notícias ou informações que o ameaçasse.

Antes de o Regime Militar ter vigorado como um sistema governamental, o país passou por mudanças de presidente, insatisfações políticas e sociais. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), representante do Partido Social Democrático (PSD), que tinha como vice-presidente João Goulart, conhecido como Jango, foi marcado por um período de intensa industrialização no Brasil e de fundação da capital Brasília, localizada no criado Distrito Federal. Geograficamente, o centro de poder, antes localizado na região Sudeste, no Estado da Guanabara - depois denominado Rio de Janeiro - foi deslocado para o centro do território nacional.

Após o governo de *Kubitschek*, assumiu a presidência Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), que governou o Brasil por apenas sete meses, de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, por ter desagradado os partidos políticos que o apoiavam. Sem o devido apoio político, Jânio Quadros decidiu renunciar ao poder, o que fez assumir a presidência do país, o vice-presidente João Goulart (1961-1964), do PTB. Este também não recebeu o devido apoio dos partidos políticos vigentes e gerou insatisfação maior ainda na elite financeira, civil e militar.

As Forças Armadas foram fortalecidas pela crença de que elas seriam capazes de ajudar a salvar o país do suposto comunismo, caos econômico e fim da propriedade privada. Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder político, o que deu início ao que se chamou de Revolução Militar, sob a justificativa de livrar o país da desordem social e ainda restaurar a democracia, discurso que conseguiu convencer grande parte da sociedade brasileira.

As intervenções militares foram intensificadas quando entrou em vigor o Ato Institucional Nº, no dia 13 de dezembro de 1968. Apesar disso, foram reduzidas, na mesma intensidade, com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 11 em 01 de janeiro de 1979, decretada durante o governo do presidente general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979).

Alguns autores, inclusive, piauienses passaram a escrever reflexões históricas e vivências do período do Regime Militar e é com esses escritos que é possível repensar a redemocratização sob o ângulo jornalístico e histórico.

A pesquisadora Nilsângela Cardoso Lima (2014), em sua tese de doutorado, traz a discussão do domínio que o Governo tinha sob os veículos de comunicação e ressalta que essa relação de poder interferia no resultado final da produção jornalística, na notícia.

> Instaladas como tribunas, os jornais de políticos e ou/ partidos políticos eram proprietários, ou haviam comprado a opinião na imprensa, reservavam certos espaços da página para publicar discussões e debates oriundos das disputas políticas partidárias. Mais do que noticiar os acontecimentos que irrompem e quebram a normalidade do cotidiano da vida política, os jornais tiveram como preocupação fundamental noticiar o fato político. Isto é, na primeira metade do século XX, a atenção dos jornalistas estiveram voltada para os atos dos chefes políticos. (LIMA, 2014, p. 18).

Ao questionar essa submissão no Regime Militar, os jornalistas que se atrevessem a produzir informação que houvesse críticas negativas do governo, eram classificados de comunistas e colocavam em risco o repasse das verbas para a empresa que trabalhasse ou mesmo o seu próprio trabalho.

Marylu Oliveira (2017) relata que a palavra subversiva era associada por militares a algo ou alguém que pretendesse alertar a sociedade para algum aspecto político ou social que as autoridades buscam esconder ou deixavam passar despercebido.

> Qualquer tipo de reclamação, reivindicação, manifestação, protesto [...] poderia ser confundido com atos comunistas. A palavra "subversivo" também aparece associada à imagem dos comunistas. Geralmente, o subversivo era aquele que queria mudar algum aspecto na sociedade. Participação em movimentos populares, militância no movimento estudantil e praticar política partidária, de uma forma mais populista, eram atos ou ações subversivas. Mesmo sem ter qualquer tipo de ligação com o PCB, tais comportamentos ou práticas determinavam prisões e cassações de direitos políticos após a implantação do regime militar pós-64 (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

A imprensa piauiense se omitindo ou não diante da força das Diretas Já, o movimento foi ganhando, cada vez mais adeptos da sociedade civil e ainda fez com que o movimento sindical urbano tivesse um avanço significativo, por envolver operários industriais, como assalariados do setor terciário, administração pública e assalariados com status de classe média. É o que destaca Antônio José Medeiros (2014) ao narrar sobre a democracia na redemocratização no livro *1968: Uma geração contra a Ditadura*:

> Na década de 1980, além da consolidação do processo de redemocratização, houve um grande fortalecimento da sociedade civil no Brasil. É preciso entender que esses dois aspectos estão interligados, mas são distintos. Uma sociedade civil se fortalece, quando não é cerceada em suas manifestações e opções pelo controle ou repressão do estado, aqui estão em jogo democracia versus ditadura. Mas uma sociedade civil se fortalece quando cresce o número de setores sociais que adquirem

> capacidade de se expressar, se organizar, negociar e ter influência na vida econômica, social e cultural. (MEDEIROS, 2014, p. 199).

Observa-se que as relações de interdependência da empresa jornalística com os determinados grupos locais que possuem interesses afins, de maneira que a imprensa constrói uma versão da realidade de acordo com o *financiamento* que recebe. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, de Luiz Gonzaga Motta (2007), destaca que o ato de narrar ou contar um fato, tem algum propósito em ser feito, já que nenhuma narrativa é uma parte aleatória de contextos. No entanto, cabe ao leitor a responsabilidade em analisar o discurso, sendo possível mesmo com informações isoladas ou contínuas interpretar as condições e os contextos que possam até envolver o narrador.

> [...] na narrativa jornalística é normal à história começar pelo seu clímax, um corte repentino in media res na situação estável. Os fatos saltam sobre o leitor. [...] São reforços para a memória cultural do receptor, conexões que faltam e precisam ser trazidas para a compreensão das relações. Há também depoimentos de autoridades, técnicos, etc., que recuperam fragmentos anteriores de significado necessários à reconstituição semântica do enredo. São estratégias de linguagem, movimentos retrospectivos para recuperar a memória de eventos ou episódios anteriores ao presente da ação e têm uma funcionalidade orgânica na história (MOTTA, 2007, p. 151).

Ribeiro e Ferreira (2007) reforçam a ideia dos meios de comunicação ser um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramentos dos acontecimentos do presente e do passado das coletividades. É por meio da mídia jornalística que se descobre a memória sobre fatos e as interpretações que as autoridades pretendiam salva guardar.

Para Ribeiro e Ferreira, o jornalismo não faz apenas o presente, mas também o passado, principalmente, por suas referências fundamentais de como descrever experiências de quem testemunhou o fato, ou seja, é na reconstrução do fato da atualidade e nos seus rituais de rememorações subsequentes, que o jornalismo dá uma dimensão memorável à experiência humana e sentido a si mesmo como sujeito social/Institucional.

Apesar da censura, diferentemente do que acontece nos últimos anos, o Jornal Impresso vivia seus tempos de ascensão no entre o século XIX e início do século XX. Nelson Traquina (2005) ressalta que, ao passo que as tiragens dos jornais cresciam, a comercialização da imprensa aumentava, já que os impressos eram, sobretudo, armas de lutas políticas. “O jornalismo transformou-se num negócio com um número crescente de

proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação" (TRAQUINA, 2005, p. 36).

2.1 Jornal *O Dia* e o posicionamento político

Teresina no ano de 1982 estava sob o comando do prefeito Raimundo Bona Medeiros e o Estado era governado por Lucídio Portella. Dentre os jornais que circulavam neste período está *O Dia*, que tinha como proprietário e diretor o Coronel do Exército Octávio Miranda. A sede da redação se localizava na Rua Artur de Vasconcelos, nº 131, Centro/Norte, espaço onde funciona a empresa até os nossos dias.

Em 1980, *O Dia* estampava na capa das edições o slogan "Orientando decisões por um Piauí melhor". O slogan sugere que o jornal, por meio de seus posicionamentos, trazia as orientações nas decisões ideias ao estado. No entanto, o que se torna claro é que, na realidade, a empresa de comunicação se beneficiou ao fornecer apoio aos governantes, ao longo do Regime Militar. O que nada mudou mesmo no período de redemocratização do país.

Oliveira (2007) faz uso da análise discursiva de *O Dia* entre os anos de 1959 a 1969 e explica como o impresso foi ganhando força para manter-se no mercado da comunicação:

> O jornal *O Dia*, no Estado do Piauí, foi fundado no ano de 1951 e teve como diretor e proprietário, até o ano de 1963, Leão Monteiro. Estabeleceu-se na cidade de Teresina, desde sua fundação, podendo ser classificado como um jornal de grande circulação, pois era lido nas principais cidades do Estado, como Teresina e Parnaíba. Também pode ser compreendido como jornal da imprensa convencional, sentido que é oposição ao de imprensa alternativa. [...] Em princípio, o jornal era publicado duas vezes na semana, às quintas-feiras e aos domingos, e tinha uma quantidade reduzida de anunciantes, o que configurava um baixo financiamento. Entretanto, alguns dos anunciantes eram de grande porte, como era o caso do Banco da Lavoura de Minas Gerais e da empresa de voos aéreos Real. Contudo, pequenos comerciantes também tinham o seu espaço de anúncio, como é o caso do Café Avenida. [...] Os anúncios populares de prestação de serviço, contudo, eram em número mais expressivos que o das grandes empresas, sendo aqueles menos rentáveis ao jornal, só que muito importantes para a sua manutenção (OLIVEIRA, 2007, p.51-52).

A divulgação mascarada do meio político no jornal *O Dia*, desde sua fundação também é apontada por Oliveira (2007), quando destaca que os anúncios publicitários não foram o suficiente para legitimar o impresso, que por interesses políticos, muitas

informações ganharam grandes destaques, sem que tivesse, de fato, tamanha importância social.

> O redator do jornal, ou seja, o profissional responsável pelos editoriais e pela manutenção da defesa das ideias do jornal, ou linha editorial do primeiro jornal da capital, era "homem de confiança" do Conselheiro Saraiva, do responsável pela transferência da capital. Logicamente, podemos concluir que este jornal iria, desde o momento de sua fundação, prestigiar os atos políticos do Conselheiro e valorizar a ideia de transferência da capital. A prática de utilizar jornais como veículo de divulgação de ideias políticas ligadas a um partido vai continuar sendo adotada na capital do Estado e com o jornal O Dia não vai ser diferente. Nos seus primeiros anos, O Dia contou com a colaboração de Bugyjia Brito, Cunha e Silva, Camal Curi, Petrônio Portella e Arimatéia Tito Filho. Em virtude dos vários apoios políticos, feitos abertamente pela redação do jornal, alguns colaboradores muitas vezes abandonavam as suas colunas. O arrendamento do jornal pela bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, entre maio a outubro de 1962, por exemplo, provocou o abandono de alguns cronistas-colaboradores da redação do noticioso. Depois de 1963, quando assumiu como governador do Estado Petrônio Portella, o jornal ostentava uma postura oposicionista ao governo, voltando à redação alguns colaboradores, entre os quais Deoclécio Dantas e Tito Filho. Juntando-se a estes, Eulino Martins, Petrarca Sá e Iracema Santos Rocha. Porém, a nova formação do jornal vai durar pouco tempo, já que o Sr. Leão Monteiro, depois de alguns dias sem fazer circular o jornal, vai vendê-lo, em agosto do mesmo ano, à empresa *Folha da Manhã* (OLIVEIRA, 2007, p. 53-54).

E em outubro de 1963, a influência política e empresarial, com o novo proprietário do jornal *O Dia*, Octávio Miranda, não foi diferente. Este passou a atrair empresários, funcionários públicos e políticos, tanto para anunciar no jornal quanto para torná-los assinantes. A pesquisadora aponta, ainda, que foi nesse momento que o jornal passou a apoiar o Regime Militar, fazendo campanhas contra o comunismo sofrendo diversas alterações, inclusive no slogan.

Os principais colaboradores do jornal foram: Simplício Mendes, A. Tito Filho, Deoclécio Dantas, Hardi Filho, Conceição Castelo Branco, a cronista Elvira Raulino, Andréa Sousa Lélis, Celso Barros Coelho, Carlos Said e Deusdedith Nunes. E foi devido às influências políticas, que a empresa de comunicação *O Dia* ampliou os recursos financeiros, condições que levou, em 01 de fevereiro de 1964, o impresso a produzir edições diárias.

No período em estudo, *O Dia* possuía a linha editorial mais voltada para a Política, tanto local como nacional. Além disso, não criticava e nem ataques ao governo, mesmo defendendo a necessidade da abertura política, tecia críticas à campanha pelas eleições diretas, indiretamente. O posicionamento da empresa é que a abertura, de maneira

instantânea, poderia trazer consequências negativas ao país, sem atacar a imagem do governo militar.

3. Considerações finais

O movimento das *Diretas Já* foi um dos atos realizados contra o Regime Militar, que já se estendia há quase duas décadas e representou a catarse contra a censura e aos cerceamentos políticos, sociais e artísticos. Mesmo não sendo abraçado pela imprensa, por razões financeiras, ganhou comoção social e esteve representado nas praças e avenidas em algumas cidades do país, a fim de exigir mudanças no sistema governamental brasileiro.

Essa mobilização foi descrita por Jônathas Nunes e Gastão Weyne *(*2013). Eles relataram principalmente o sentimento que tinha a sociedade brasileira de poder ter direito de escolher seus representantes e a liberdade de expressão, tanto das instituições de ensino, cultural e a própria imprensa.

> São milhões de brasileiros que em 1984 tomam as praças e avenidas do Brasil, vaiando a Ditadura Militar. A longa Diáspora da Democracia no Brasil (64 a 84) operava essa união. Em momento algum de nossa história, o orgulho do sentimento nacional terá se manifestando com tanta altivez! Os alicerces da Ditadura estremecem! Brasileiros de todas as idades, de todos os quadrantes desfilam pelas cidades brasileiras. Os indecisos cordões de Geraldo Vandré, ao de o "Menestrel das Alagoas", batizam a rosa dos ventos da política e seguem o azimute das aspirações populares. No sertão e na caatinga do Nordeste o povo desperta da letargia política e, aos acordes do Hino Nacional cantado pelas massas urbanas, sente perpassar-lhe o corpo a onda de fervor cívico nacional (NUNES. WEYNE, 2013, p. 13).

Mesmo com o fim do Regime Militar, a imprensa brasileira não passou a ser totalmente livre. Para garantir seus trabalhos, jornalistas ainda se veem obrigados a divulgar informações que muitas vezes, refletem os interesses de poucos, isto é, das autoridades que contribuem na manutenção financeira das empresas de comunicações e também dos próprios donos, que tendem a direcionar ou instigar a opinião do público segundos suas necessidades. A partir do exposto, compreende-se que *O Dia* as estratégias discursivas adotadas pela sua equipe de redação promoveu uma versão processo de redemocratização

do Brasil que culminou no movimento pelas Diretas de acordo com os interesses dos grupos políticos que estavam no poder naquele momento.

Referências bibliográficas

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. (2001). *Dicionário de comunicação.* 4. ed. ver. E atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier.

BARROS, J. C.(2006) *Tempo de contar (o que vi e sofri nos idos de 1964).* Teresina: Gráfica do Povo.

BERTONCELO, E. (2007) *A campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Editora Humanitas, FAPESP.

CARVALHO, S. M. dos S. (2011) *Jornais impressos e história:* Contribuições para a crítica da fonte que nunca morre. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org). Diluir Fronteiras: Interfaces entre historia e imprensa. Teresina: Edufpi.

DANTAS, D. *(2008)Marcas da ditadura no Piauí.* Teresina: Gráfica do Povo.

FAUSTO, B.(1998) *História do Brasil.* 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação.

RIBEIRO, A. P. G.; BRASILIENSE, D. R. (2007) Memória e narrativa jornalítica. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. *Mídia e Memória:* a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X.

FILHO, C. P. (2017) *História da imprensa no Piauí.* 4. ed. (Revisão Ampliada). Teresina: Bienal.

LOPES, F. L. (2007) Identidade Jornalística e memória. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. *Mídia e memória.* Rio de Janeiro Mauad X.

LIMA, N. C. (2014) *Relações de poder e práticas jornalistas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951 e 1954).* (Tese). PPGCOM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

MEDEIROS, A. J. (2014) *1968: uma geração contra a ditadura.* Teresina: Quimera Editora: Instituto Presente.

MOTTA, L. G.(2007) Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.

NUNES, J. de B.; WEYNE, G. R. de S.. (2013)1964: o DNA da conspiração. O depoimento de dois oficiais do exército que não aderiram ao golpe militar de 1964". 2ª ed. Teresina: Diário do Povo.

OLIVEIRA, M. (2007) *"Contra a foice e o martelo. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal "O Dia"*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

OLIVEIRA, M. A de. (2011) Manchete de Hoje: os jornais e o anticomunismo da década de 1960. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org). *Diluir Fronteiras:* Interfaces entre historia e imprensa. Teresina: Edufpi, 2011.

REIS, M. M. F. dos. (2013) *Do riso ao grito:* a atuação dos jornais Gramma e Chapada do Corisco na década de 1970 em Teresina-PI. (Dissertação). PPGCOM, Universidade Federal do Piauí.

SAID, G. F. (2001) *Comunicações no Piauí.* Teresina: APL / Banco do Nordeste, 2001.

SAMPAIO, W. do N. (2014) *Reflexões sobre fontes hemerográficas na produção do saber histórico:* Sugestão para o trabalho historiográfico. *Revista de História Bilros*, Fortaleza, v.2, n.2, p. 149-165.

SILVA, M. F. (2012) *Comunicação e Autoritarismo no Brasil: A política de comunicação do Regime Militar.* Cruz das Almas/BA: UFRB.

SODRÉ, N. W. (1983) *História da imprensa no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

TRAQUINA, N. (2005) Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular.

BRASIL. Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que dispõe da constituição de 24 de janeiro de 1967 e as constituições Estaduais. *Planalto Presidência da República. Brasília.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso em: 04 set. 2017.

BRASIL. *Código de ética dos jornalistas brasileiros.* Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf >. Acesso em: 15 set. 2017.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em < https://portalconservador.com/livros/Boris-Fausto-Historia-do-Brasil.pdf /> Acesso em: 20 set. 2017.